

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.458 - RN (2019/0327698-0)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI - ÁRIDO**  
**RECORRIDO : FRANCISCO DE SOUZA REVOREDO**  
**RECORRIDO : LARRY BARBOSA**  
**RECORRIDO : OTTO SOARES DE ARAUJO FILHO**  
**RECORRIDO : MARIA DAS GRACAS BEZERRA SATHLER**  
**RECORRIDO : MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : VINICIUS VICTOR LIMA DE CARVALHO - RN003074**  
**THÉSIO SANTOS JERÔNIMO - RN008098**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. FASE DE EXECUÇÃO. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. TESE DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. AFASTAMENTO. EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO/RPV. IMPROVIMENTO.

I. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu o pedido formulado pela UFERSA para que obstado o levantamento, pelos herdeiros de Francisco Revoredo, dos valores pagos pelo TRF da 5ª Região, do requisitório nº 2015.84.01.010.200034.

II. Em suas razões recursais, a parte agravante afirma que a ação rescisória foi ajuizada em 19/02/2009, e o seu autor FRANCISCO DE SOUZA REVOREDO faleceu no dia 30 de setembro de 2009, mas o pedido de habilitação só teria sido formulado em 17/11/2016, mais de 7 anos após o óbito. Assim, entende que a execução, efetivamente, não poderia ter sido instaurada em relação ao autor falecido, sem que antes houvesse a habilitação dos herdeiros ou sucessores.

III. Percebe-se, desde logo, que não foi trazido nenhum elemento de prova novo capaz de modificar o entendimento já firmado em sede de decisão monocrática.

IV. Já restou assentado por este Tribunal, em caso semelhante: 'Contudo, este Regional também entende, seguindo posição do STJ, que havendo a expedição do RPV/precatório, deve ser afastada a tese da prescrição. Isso porque 'não há que se falar de prescrição intercorrente da pretensão executória, haja vista que esta fase

# *Superior Tribunal de Justiça*

processual já se exauriu com a requisição dos valores exequendos, por meio da expedição dos precatórios/RPVs. (Terceira Turma, AG/SE nº. 08052065820154050000, Rel. Des. Federal Carlos Wagner Dias Ferreira, unânime, Julgamento: 27/11/2015)'. (Segunda Turma. AGTR 0802716-29.2016.4.05.0000. Des. Fed. Cov. Ivan Lira de Carvalho. Julg 18.10.2016).

V. Na hipótese, já houve a expedição de RPV/precatório, devendo, portanto, ser afastada a tese de prescrição suscitada pela parte agravante.

VI. Agravo de instrumento improvido" (fls 75/76e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados (fls. 127/129e).

Sustenta a parte recorrente o seguinte:

"No caso em apreço, observa-se que o acórdão ora vergastado, violou frontalmente os arts. 265, I e 267, II, do CPC/73 (atualmente, arts. 313,I e 485, II do CPC/2015), arts. 196 e 199 do Código Civil e art. 1º do Decreto-Lei 20.910/32.

(...)

3.1 - Da violação aos dispositivos legais aplicáveis à espécie

Primeiramente, cumpre ressaltar que, conforme consignado no próprio acórdão recorrido, o exequente originário faleceu em 30/09/2009, mas apenas em 17/11/2016 os seus sucessores formularam pedido de habilitação nos autos da execução.

Veja-se o dispõe o Código Civil a respeito da prescrição:

Art. 196. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

Art. 199. Não corre igualmente a prescrição: I - pendendo condição suspensiva;

Tem-se, dessa forma, que por determinação expressa constante no Código Civil, a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra seu sucessor, salvo se sobrevier alguma causa impeditiva ou suspensiva da prescrição .

Cumpre, pois, perquirir quando começou a correr a prescrição no caso dos autos e se se verificou (ou não) alguma causa impeditiva e/ou suspensiva do curso de tal prazo.

A respeito da prescrição da pretensão executória, é assente no seio jurisprudencial o entendimento de que a fluência de tal prazo se inicia com o trânsito em julgado do título.

Nesse sentido, confira-se os seguintes arestos:

(...)

# Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, a partir do trânsito em julgado do título executivo começou a fluir o prazo prescricional, pelo lapso de cinco anos, para sua execução (do título).

Insta, em seguida, averiguar se ocorreu, *in casu*, alguma causa impeditiva ou suspensiva do curso do prazo prescricional.

Destaque-se, por oportuno, que as causas impeditivas/suspensivas da fluência do prazo prescricional constituem matéria de reserva legal, ou seja, de modo que somente podem ser consideradas como tal as situações taxativamente previstas em lei.

Assim, e analisando-se o caso dos autos à luz da legislação regente da matéria, em especial os arts. 197 a 199 do CC, vê-se que não ocorreu, no caso em apreço, nenhuma das situações elencadas em lei como hábeis a suspender e/ou impedir o curso do prazo quinquenal de prescrição da pretensão executória.

Ao contrário, consoante se viu dos dispositivos legais transcritos acima, por força de dispositivo legal expresso, o óbito não constitui causa impeditiva/suspensiva da prescrição, já que esta, quando iniciada contra uma pessoa, continua a correr contra seus sucessores (art. 196, do CC).

Sendo assim, é forçoso concluir que a fluência do prazo prescricional em questão, iniciada com o trânsito em julgado do título se ultimou por não ter ocorrido qualquer causa impeditiva ou suspensiva da prescrição.

Assim, se após o óbito do autor, seus sucessores não se dignaram a promover sua habilitação no feito em apreço, é lícito concluir pela impossibilidade de ser dado prosseguimento à execução dos valores que seriam devidos ao *de cujus*, em razão da incidência da prescrição da pretensão executiva.

E não se diga que a prescrição da pretensão executiva esteve suspensa durante todo o lapso temporal decorrido entre o falecimento da parte autora e a habilitação de seus sucessores.

Isto porque, consoante se disse alhures, **SOMENTE PODEM SER CONSIDERADAS CAUSAS IMPEDITIVAS OU SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO AS SITUAÇÕES EXPRESSAMENTE PREVISTAS EM LEI COMO TAL**

Ocorre que, no ordenamento pátrio, a única consequência decorrente do falecimento da parte é de ordem processual, consistente na suspensão do feito. É precisamente isto que se lê no art. 265, I, do CPC/73 (art. 313, I, do CPC/2015), *in verbis*:

Art. 265. Suspende-se o processo :

I - pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das

partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

Ve-se, portanto, que única consequência decorrente da morte da parte é a suspensão do processo, não tendo tal fato qualquer repercussão sobre o direito material nele debatido, ao menos não no tocante à prescrição, que, uma vez iniciada contra o falecido autor, permanece em curso contra seus eventuais sucessores.

Por outras palavras, para que a morte da parte tivesse o condão de suspender, não apenas o processo, mas, também, o curso do prazo prescricional, far-se-ia necessário que houvesse determinação legal expressa neste sentido, o que, repise-se, não há.

Assim, e uma vez que inexistente dispositivo de lei prevendo explicitamente que o falecimento da parte constitui causa impeditiva/suspensiva da fluência do prazo prescricional, é forçoso concluir que já incidiu, *in casu*, a prescrição da pretensão executória.

Ora, não faz a legislação qualquer menção acerca da suspensão da prescrição em razão do óbito de seu Autor ou para que se promova a habilitação dos sucessores.

E é razoável que não haja previsão neste sentido, uma vez que a demora de se proceder com a habilitação não pode beneficiar a parte que procedeu de forma desidiosa. Explica-se: ninguém pode ser beneficiado pela própria torpeza.

A parte adversa, entretanto, demorou mais de cinco anos para regularizar o polo ativo da demanda o que demonstra sua negligência, devendo, assim, ser responsabilizada por sua mora com a decretação da prescrição. Nesse sentido os arestos abaixo, proferidos pelo E. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, *in verbis*:

(...)

Art. 682. Cessa o mandato: (...)

II - pela morte ou interdição de uma das partes;

Ora, se a morte cessa o mandato, é de se concluir que todos os atos praticados pelo patrono da causa após o óbito do seu cliente, e enquanto os sucessores habilitados não lhe conferirem poderes de representação, são nulos.

Se assim não se considerar, no mínimo, deve ser reconhecido que existe um prazo para habilitação, pois não é aceitável, nem tampouco legal, que um advogado continue defendendo interesses de uma pessoa falecida, ou de eventuais sucessores que sequer estão habilitados.

O entendimento esposado no Acórdão recorrido, de que não existe prazo legal para habilitação vai ao arrepio do disposto no art. 267, II, do CPC (art. 485, II, do CPC/2015), que determina a extinção do

# Superior Tribunal de Justiça

processo que ficar parado por mais de 01 (um) ano por negligência das partes

No caso em tela, verifica-se que passaram mais de 5 (cinco) anos entre a data do óbito do autor e o pedido de habilitação da sua sucessora, conforme destacado no próprio acórdão recorrido, não havendo dúvidas de que consumou-se a prescrição da pretensão executiva, nos termos do art. 1º, do Decreto-Lei nº 20.910/32 c/c art. 2º do Decreto-Lei 4.597/42" (fls. 137/142e).

Requer, ao final, "que sejam conhecidas e acolhidas as razões ora apresentadas para que seja dado integral provimento ao presente Recurso Especial, reformando-se o acórdão recorrido para reconhecer a impossibilidade de ser dado prosseguimento à execução, em razão da consumação, *in casu*, da prescrição da pretensão executória" (fls. 142e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 166/176e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 178e).

A irresignação não merece acolhida.

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que "este Regional também entende, seguindo posição do STJ, que havendo a expedição do RP V/precatório, deve ser afastada a tese da prescrição. Isso porque 'não há que se falar de prescrição intercorrente da pretensão executória, haja vista que esta fase processual já se exauriu com a requisição dos valores exequendos, por meio da expedição dos precatórios/RPVs (Terceira Turma, AG/SE nº. 08052065820154050000, Rel. Des. Federal Carlos Wagner Dias Ferreira, unânime, Julgamento: 27/11/2015)'. (Segunda Turma. AGTR 0802716-29.2016.4.05.0000. Des. Fed. Cov. Ivan Lira de Carvalho. Julg 18.10.2016)" (fl. 74e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

# Superior Tribunal de Justiça

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**
4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.
5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ainda que assim não fosse, esta Corte possui entendimento, segundo o qual "a suspensão do processo por óbito da parte exequente suspende também o curso do prazo prescricional da pretensão executiva, observando-se que, por não existir previsão legal de prazo para a habilitação dos sucessores, não se pode presumir lapso máximo para a suspensão" (STJ, REsp 1.827.745/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora